



MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – MILITÂNCIA E AFETO NA LUTA POLÍTICA CONTRA A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Ana Rita Fonteles Duarte¹

O Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, surgiu em 1975, pela articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como objetivo inicial a conquista da anistia. O núcleo cearense do MFPA é o terceiro a ser criado, em março de 1976. Sua origem remete às reuniões de familiares de presos políticos no ano anterior, em Fortaleza, para discutir formas de intervenção e defesa de parentes encarcerados pela ditadura. O trabalho de mães, irmãs, esposas, namoradas, atrai outras mulheres sem parentes presos, que viram, na atuação do Movimento, a possibilidade de retomar atividades de militância política interrompidas pela repressão, ou simplesmente, de exercer a solidariedade aos presos, exilados, banidos e famílias.

O MFPA juntou-se a outros movimentos criados ou liderados, entre as décadas de 60 e 80, do século XX, na América Latina, especialmente, na região do Cone Sul, por mulheres mobilizadas, sob motivos semelhantes.

Movimentos semelhantes ao MFPA são registrados no Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil que enfrentaram ditaduras, entre as décadas de 60 a 80, do século passado, articuladas pela Operação Condor, aliança que interligou aparatos repressivos de países que passaram a agir além fronteiras. As ditaduras se auto-imputavam o direito de prender, torturar, matar e ocultar cadáveres, em guerra que contou com o patrocínio dos Estados e de setores da sociedade civil, com impactos diferentes na vida de homens e mulheres, diretamente relacionados às posições diferenciadas no sistema de gênero no período.

As próprias imagens do nosso repertório acerca da repressão, no Cone Sul, mostram a associação dos símbolos da dor e do sofrimento, corporificados nas figuras de mães desesperadas, como as da Praça de Maio (Argentina). Enquanto isso, os mecanismos institucionais parecem sempre pertencer aos homens, com tanques, armas e uniformes militares.

Dado o papel tradicional de cuidadoras e de responsáveis pela família, elas sentiram, duramente, o impacto da retirada de filhos, maridos e irmãos do convívio familiar, como presos ou desaparecidos. Tiveram de se dividir entre prover o sustento dos demais membros da família e da casa e, ao mesmo tempo, buscar ou atender parentes capturados pelo regime. Lidaram diretamente

1



e, por longos períodos, com sentimentos de medo, rejeição e acusações por parte do Estado e mesmo de familiares e vizinhos que as viam como responsáveis pelos caminhos traçados pelos filhos, acusados de inimigos da pátria.

Elas se postaram diante do poder constituído cobrando a soltura ou a volta dos filhos, maridos, amigos e parentes, exigindo a revelação de paradeiros e lutando por justiça contra condenações arbitrárias. O início do “trabalho”, em geral, ocorria de forma espontânea, não organizada, para posteriormente verificar-se a necessidade da criação de associações ou entidades civis.

O compromisso da maioria não provinha de conhecimentos ideológicos e democráticos, nem de estratégias políticas antiditatoriais. A lógica, nesse primeiro momento, não era política, mas “lógica de afetos”, como diz Jelin². Eram fundamentalmente mulheres afetadas diretamente como mães, avós, irmãs, sobrinhas, reclamando pelos familiares, dramatizando o papel feminino, de cuidadoras da família. As associações demonstram isso, pois, na maioria, fazem alusão à primazia de vínculos de parentesco.

Memórias e disputas do MFPA no Ceará

A convivência entre grupos de familiares e de pessoas ligadas a movimentos políticos nesses grupos suscitou uma ação política nova e permeada por disputas que se estendem aos dias atuais quando o que está em questão são as memórias. As disputas são elemento-chave de compreensão de memórias da ação política do MFPA no Ceará. A convivência, entre afeto e política, valores e limites dessa relação estão no centro dos conflitos manifestados, principalmente, pelas narrativas orais que dividem o grupo em face de motivações da militância. Além de retratar diferenças de interesses entre os grupos do núcleo cearense, esta tensão pode ser lida como operações marcadas pelo gênero, na construção de identidades e diferenciação de mulheres, umas em relação às outras.

O que acontece, ainda hoje, é que atividades coletivas e públicas das mulheres tendem a ser qualificadas como produtos de engajamento social ou moral e não político³. Não se leva em consideração que possam vir a manipular as condições ou interpretações a seu favor, jogando com o gênero ou transformando desvantagens em formas de atuar politicamente com mais liberdade ou segurança, mesmo que, muitas vezes, não se dêem conta disso. Ou mesmo que, pelas ações pessoais

²JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.2, nº 3, 1994, p.117-149.

³ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualismo e alma coletiva nas lutas pelo sufrágio. In: GROPPI, A. e BONACCHI, G (orgs). O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Unesp, 1995, p. 113.



ou dirigidas, possam advir novos comportamentos políticos, com repercussões importantes sobre organizações ou realidades políticas tradicionais. Foi o que aconteceu não somente com as militantes do MFPA, no Brasil, mas com as Mães da Praça de Maio e com diversos outros movimentos de mulheres engajadas na resistência às ditaduras na América Latina.

A dificuldade em reconhecer a possibilidade de defesa da família e dos filhos tornar-se política, mesmo em situações extremas como em guerras ou ditaduras, está no nascedouro destas organizações. Usando a “legitimidade”, advinda da “naturalidade” de seu papel de guardião do lar e da família, o Movimento se institucionalizou e pôde atuar de forma legal em época em que eram proibidas manifestações de movimentos sociais e políticos, sob pena de prisão, tortura ou morte.

Isso não implica dizer que as mulheres do MFPA tenham essa compreensão ou dificuldade, já que o Movimento é composto por pessoas não ligadas por laços familiares a presos e exilados políticos, que procuraram nele uma forma de continuar militância de diversos matizes ideológicas, interrompida, enfrentando a ditadura. O reconhecimento da luta como política ou não e a atribuição de valores positivos ou negativos à ação estão na raiz dos conflitos entre as memórias das que viveram o Movimento.

Tampouco é possível ou correto restringir o debate a simples embate entre familiares e não familiares de presos e exilados. Existem diversos tipos de memórias de motivações de ingresso das mulheres na luta que se relaciona obviamente com suas vidas no período, mas guardam interseções diretas com experiências de vida acumuladas do fim das atividades do MFPA até os dias de hoje, o que reforça o entendimento da construção da memória atendendo a necessidades do presente.

As memórias de ex-militantes do MFPA, no que diz respeito às motivações de ingresso no Movimento guardam algo em comum: tentativa quase sempre espontânea de narradoras em explicar relação com a política ou com os movimentos engajados naquele momento histórico, o que pode ser interpretado como forma de dar coerência a histórias pessoais, mas também como marca da geração dos “anos de chumbo” que não permite se compreender ou falar daquele período sem se situar politicamente, mesmo quando se considerem “despolitizadas” ou “alienadas”.

Entre 15 ex-militantes, entrevistadas para essa pesquisa, é possível verificar, pelas narrativas, diferenciadas formas de ingresso em atividades políticas que irão ajudar a entender ligações com o Movimento Feminino pela Anistia e contribuirão com a compreensão dos caminhos da participação política das mulheres, no contexto de repressão ditatorial, das décadas de 60 e 70.

A história oral como forma de conhecer e analisar as ações de militantes, antes de inseri-las em discurso homogêneo, ao contrário, mostra a pluralidade de vozes possíveis de um mesmo grupo



de mulheres, o que faz pensar que além das marcas de gênero, outras clivagens, geração, classe, cultura, ocupações, crenças religiosas e políticas atuais e experiências diversificadas, também atuam na elaboração de relatos sobre suas trajetórias de vida.

Portelli⁴ lembra que, apesar da legitimidade das memórias coletivas ou grupais para o discurso histórico, a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais, posto que feitos por pessoas e não por grupos. Em sociedades modernas, as memórias são extraídas da variedade de grupos e organizadas de forma idiossincrática.

Esse dado faz com que se aja com cautela, ao fazer afirmações abrangentes sobre relações entre gênero e memória⁵, procurando não compactuar com o lugar comum da divisão sexual da memória. O MFPA, nesse sentido, é pródigo em vozes e pensamentos plurais, a começar pelas familiares, que compõem segmento importante no MFPA, até hoje reivindicando a iniciativa de sua constituição. Entre elas, é possível identificar a necessidade de defesa dos membros da família como motivação mais forte para ingresso nas ações do MFPA, o que não exclui, no entanto, histórias de engajamento, com causas defendidas pelos familiares, principalmente pais, maridos e irmãos.

As memórias

Na família de longa trajetória de militância comunista, com quatro membros em prisões e torturas de diferentes matizes, a narrativa de ingresso na luta política e no MFPA mistura relatos de necessidade quase compulsória de defesa dos familiares, mas também da valorização de vocação de núcleo parental para a luta, em trajetórias pessoais. Dona Lourdes Miranda, 86, viúva de ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e chefe de família de nove filhos, busca na própria herança familiar e em elementos de sua personalidade, explicações da resistência e disposição em defender os filhos e causas. Exerce, através de memórias, a concretização de identidade de “mãe da anistia”. Observa-se que o que acontece, em espaços de comemorações públicos de anistiados, de certa forma, se repete ou é reforçado pelas narrativas de forma mais individualizada em que a construção da imagem do núcleo familiar está sempre em questão:

O pai realmente teve influência porque ele conversava muito em casa, mas eles seguiam o que quisessem. Ele nunca mandou que o filho fizesse uma coisa ou não. A minha mãe também era uma mulher comunista, mas também nunca me mandou seguir. Só que eu, desde criança, vejo a verdade, a revolta, eu vejo tudo isso. Com

⁴ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.127.

⁵ SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral, Vol.8, n.1, janeiro-junho de 2005, p.32.



10 anos, eu tomei um comunista da mão da Polícia Federal. Essa pessoa tinha passado 20 anos presa e, depois de solto, a polícia veio e prendeu. E aí, eu não deixei, me agarrei com ele e não deixei a polícia levar. Eu toda vida fui assim⁶.

Encontros e solenidades do grupo de anistiados cearenses funcionam como rituais, com efeitos reais, a exemplo do que afirma Bordieu⁷, pessoas são instituídas como representantes do grupo, passando a sentir-se intimadas a corresponder ao que lhes foi designado para sua função. De Dona Lourdes esperam-se histórias de sofrimento, superadas pela coragem e orgulho da história familiar. O grupo de anistiados, a começar por sua família, a designa e a respeita como guardiã da memória. Em troca, vive de acordo com o que se espera dela, o que repercute no que escolhe para contar em memórias, em entrevistas para pesquisadores ou para jornalistas ou em ocasiões menos formais.

Dentro da própria família, os relatos tomam diferentes contornos, mesmo em narrativas de outras mulheres. Na fala da filha Neidja Albuquerque, 52, dos quadros do MFPA, é possível sentir mais liberdade de narrativa da história familiar e motivações para a luta, o que indica menos necessidade de corresponder a expectativas sociais, pois não é solicitada como mãe pelo grupo de anistiados. Seu engajamento político, no período, não parece ter sido dado como escolha ou traço de personalidade, mas selado pela influência e fiscalização familiar. Sua filiação política é afirmada como dado biográfico tão automático quanto o do lugar de origem, nos primeiros momentos da entrevista: “Eu nasci em Fortaleza, numa família totalmente de esquerda. Eu nasci já sabendo que eu tinha de ser de esquerda (risos). E eu tenho mais oito irmãos. Meu pai era do Partido Comunista, minha mãe também era ligada ao Partido Comunista”⁸.

As mulheres companheiras de militantes políticos, presos ou exilados, que também tinham vida de militante, em geral, não participavam do MFPA, pelo menos de forma explícita, como em proteção, por serem perseguidas. Presas e torturadas, muitas vezes, acompanharam seus maridos no exílio. Era comum que suas mães ou irmãs o fizessem, por se considerarem menos expostas.

As esposas de ex-presos políticos contatadas não tinham envolvimento direto com causas de companheiros, nem militavam em organizações políticas. As memórias de militância no MFPA confundem-se com a batalha pela libertação da prisão ou, ao menos, com atenuar as penas e vivência em cárceres, na luta pelo emprego e famílias, esquivando-se da repressão. O MFPA define-se como movimento criado com esse objetivo e a relação com a política é apresentada de

⁶ ALBUQUERQUE, Maria de Lourdes Miranda, 86 anos. Depoimento, agosto de 2004. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

⁷ BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 97-106.

⁸ GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.



forma ambígua nas narrativas, ora rejeitada como motivação de ações justificadas pelas relações familiares ou afetivas, ora identificada como elemento importante por fazê-las perceber realidades antes desconhecidas ou pouco evidentes:

O Movimento Feminino pela Anistia era liberdade, né? A liberdade, primeira, daqueles que estavam presos. A anistia foi o desejo de ver seu familiar em liberdade, não foi um desejo político, está entendendo? Foi mais um desejo afetivo. Pelo menos aqui, eu acho que o nosso grupo das famílias foi inicialmente nessa dimensão. Depois o Movimento foi crescendo e caminhando dentro da sua lógica que, para a saída deles, a questão política estava envolvida. Claro que ninguém é ignorante de achar que não é. Mas o objetivo..., embora, a gente tivesse de fazer coisas, como enfrentar um auditório, me expor, falar... Eu digo muito, eu não sei se eu não tivesse marido preso, se eu teria ido para o Movimento Feminino pela Anistia. Eu não sei responder isso, porque eu não era uma pessoa envolvida em movimentos políticos, está entendendo? Na minha formação, na minha concepção, embora eu fosse uma pessoa que tivesse a compreensão muito grande das questões sociais, mas não na dimensão talvez de sacrificar a minha vida. Eu não sei se teria essa dimensão⁹ (Josenilde Cunha).

Perrot¹⁰ identifica tendência das mulheres em depreciar a política, valorizando o social e o informal e, assim, interiorizando normas tradicionais e aponta, ainda, a permanência da idéia, enraizada entre dois sexos, de que a política não é lugar de mulheres. É possível pensar que as narrativas de ex-militantes guardem alguns desses aspectos, posto que as relações afetivas em suas memórias são bem mais valorizadas ou consideradas importantes e “nobres”, já que, antes de tudo, se enxergam familiares que defendem entes queridos e preocupam-se em diferenciar afetividade de política, constantemente, em entrevistas, sem medo de cobrança pela atitude que encaram com naturalidade.

As tentativas de compreensão da forma de contar suas participações revelam aspectos a serem considerados. A desvalorização da política como motor primeiro de ações não implica necessariamente alheamento à realidade social e política, no momento, ou desconsideração da política na mudança de estruturas.

Essas mulheres não correspondiam, nas décadas de 60 e 70, ao perfil tradicional feminino, ligado exclusivamente à esfera doméstica. Podem ser pertencentes ao momento de transição, no que diz respeito ao avanço do seu comportamento. Para Goldberg,¹¹ são membros de “geração sanduíche”, pelo trânsito entre concepções tradicionais de ser mulher, emergência de comportamentos e indicadores culturais considerados modernos, mesmo com limites bem claros.

⁹CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

¹⁰ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 184.

¹¹ GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 18.



Para outras ex-militantes do MFPA, o apelo à participação no Movimento reflete a continuidade de trajetórias de engajamento, no que se encara como comportamento de transgressão holística, em que o movimento de individualização aparece vinculado à noção de missão a ser cumprida com o outro, pelo outro ou para a sociedade. Nesse processo, a opção pela militância de esquerda aparece de forma mais palpável. Trata-se, para mulheres, jovens, universitárias ou não, de ingresso em organizações de esquerda, participando de movimento transformador, transcendente.

Dado comum, digno de registro, entre entrevistadas do MFPA, é o ingresso na militância política de esquerda pela Igreja Católica. A instituição e seu imaginário, apontados como causadores de desinteresse pela política ou capazes de confundir guerrilheiros de esquerda com heróis cristãos, é a porta de entrada da discussão ou participação política de militantes do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (MFPA), presentes em narrativas quando se constroem como sujeitos políticos, nas décadas de 60 e 70.

Para as participantes, o ingresso no MFPA representou a possibilidade de retomada de militâncias interrompidas pela repressão ditatorial. Mas, mesmo dentro do objetivo, as motivações do grupo se diferenciam, pois, se para algumas o MFPA passa a ser a única forma de participação política, num primeiro momento, mesclando interesse em participação e em solidariedade, para outras, é mais uma alternativa de atuação, visto que participavam de organizações clandestinas com articulações regionais e nacionais.

Atuar no MFPA era fortalecer a ação dos grupos, lutar contra a ditadura e participar da reorganização de movimentos sociais. Encontram-se assim, relatos de ex-militantes, que consideram suas ações ou trajetórias “mais politizadas”, diferentes motivações e formas de explicação de ingresso no MFPA.

Chama a atenção a importância das relações interpessoais e de sociabilidade transgressoras, especialmente, para as mulheres, como incentivadores de novos comportamentos que repercutem ou são considerados importantes para narração de ingresso no Movimento. Morar fora, participar de movimentos de protesto de caráter internacionalista, dar cobertura a militantes clandestinos, sair de forma mais independente, freqüentar bares, fumar, ou agir clandestinamente em organizações políticas propriamente ditas, são comportamentos que constroem perfis diferenciados, no processo de “politizar-se” ou tomar consciência da necessidade de participar:

Ao terminar o curso eu me casei e depois fui acompanhar o meu marido num curso nos Estados Unidos. Ele foi fazer doutorado e eu aproveitei para fazer mestrado em Sociologia. (...) E lá eu participei de muitos movimentos, luta contra o Golpe do Chile, contra a Guerra do Vietnã. Cheguei inclusive a participar de um show com a Joan Baez que era da estudantada, da universidade onde eu estudava que era a Universidade de Wandenbourg, uma região super-reacionária, chamada de cinturão da Bíblia pela quantidade de igrejas que tinha. (...) Ao retornar de lá, houve coincidência histórica, pois foi o momento em que a Rosa saiu da prisão e



em que Jorge Paiva e Célia Zanetti¹², que estavam vivendo clandestinamente, chegaram ao Ceará. Nós nos encontramos aqui através do Messias Pontes. A Rosa e o Messias eram do PC do B e eu não. E eles pediram pra gente dar guarida ao Jorge e à Célia. (...) E nós, a partir daí, recebemos um contato da Therezinha Zerbini, que mandava através de uma pessoa que estava vindo de São Paulo, a professora Sylvia Porto Alegre, uma carta pedindo para nós encontrarmos com a Nildes Alencar, irmã do Frei Tito Alencar e os demais familiares de presos, exilados. E assim começou nosso processo de encontro e de organização do Movimento Feminino pela Anistia (Maria Luíza Fontenele)¹³

(...) Convidei a Laura para ir para as reuniões, que a gente estava sem militância, só conversando, se encontrando, mas não tinha o que fazer, fumando. Hoje eu não fumo mais. Quando eu aprendi a fumar foi logo quando eu entrei no (Colégio) Oliveira Paiva e a tomar cerveja, que eu não tomava. Na minha época de estudante era só estudo, ler, brigar, violão, essas coisas, planejar passeata, planejar ida à Reitoria. No Movimento Feminino pela Anistia tinha uma coisa mais específica, porque era mais o pessoal das famílias. Eu digo: “Como é que eu vou dizer de que família eu sou?”. Meu primo era da Rede Ferroviária Federal, era sindicalista, ele foi morto, mas pela polícia do José Walter Cavalcante (ex-prefeito de Fortaleza). Mas tudo bem, eu vou. E tinha o (José) Genoíno que é meu contra-parente. Ele está preso. Se perguntarem porque a gente está lá: “Nós somos amigas dos presos”. Porque uma relação afetiva, familiar, muito próxima, a gente não tinha. (Valda Albuquerque)¹⁴

A escuta das memórias dessas militantes, com poucas chances de expressão pública, revelou em contraposição a essa memória controlada, pluralidade de narrativas marcadas pelo desejo de fala, necessidade de prestar esclarecimentos, “acertar as contas”. As memórias divididas, manifestadas por essas militantes, desconstruem discursos sobre o MFPA como grupo homogêneo e movido unicamente por sentimentos ligados à maternidade e “zelo feminino”. Foram diversas as motivações e caminhos que levaram as mulheres à militância política: defesa de familiares presos estava entre elas, certamente, mas havia as que buscavam uma forma de continuar militâncias interrompidas pelo autoritarismo e, mesmo as que, militando em organizações clandestinas, encontraram no MFPA um espaço a mais para a divulgação de suas idéias e realização de ações de combate ao regime militar e ao sistema capitalista, contrariando as orientações e limitações impostas pela direção nacional do Movimento.

Mas o aprofundamento da análise das memórias mostra que, mesmo entre aquelas que se identificam como movidas unicamente pelo afeto, há diferenças de motivações e nas formas de agir, uma vez que as mais jovens, principalmente, situavam-se em um movimento de transformação social das identidades e padrões de gênero. Naquele momento, a possibilidade de acesso a estudos universitários e à independência financeira abria novas possibilidades para as mulheres na sociedade brasileira, das décadas de 60 e 70. O mito da “virgindade política”, também atribuído a outras mulheres como as reunidas na Associação da Mães da Praça de Maio, na Argentina, e que

¹² A Rosa a que se refere é a militante e ex-presa política Rosa da Fonseca que, hoje, integra o grupo Crítica Radical, ao qual Maria Luíza pertence junto aos militantes Jorge Paiva e Célia Zanetti.

¹³ FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

¹⁴ ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.



pairava sobre a maior parte das militantes, desfaz-se, na pesquisa, na medida em que se identifica a participação anterior de várias delas em movimentos estudantis secundaristas ou em movimentos ligados à Igreja Católica, principalmente através da Juventude Estudantil Católica (JEC).

As disputas de memórias entre as militantes, evidenciadas pelas narrativas, revelam significados múltiplos, para além da oposição entre “familiares” e “politizadas”, o que foi tomado como elemento inicial para pensar a questão. A separação das militantes por grupos de identificação dentro do MFPA, feita por elas mesmas, revelou em suas falas a permanência de identidades de gênero, presentes em outras narrativas femininas, que reforçam tendência das mulheres em depreciar a política, mesmo quando a exercem, valorizando o social e o informal; por outro lado, permanece a dicotomia público-privado, como elemento explicativo da sociedade moderna, excluindo ou desconsiderando iniciativas políticas originadas em relações pessoais e afetivas.

Bibliografia

BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.2, nº 3, 1994.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualismo e alma coletiva nas lutas pelo sufrágio. In: GROPPI, A. e BONACCHI, G (orgs). *O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Vol.8, n.1, janeiro-junho de 2005.